FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1994.

MACIEL, Rildo Cosson. O espaço da literatura na sala de aula. In: APARECIDA PAIVA, Francisca; MACIEL, Rildo Cosson. (Coord.). Literatura: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação. Brasília, 2010. Disponível em:< https://docplayer.com.br/6474419-Colecao--explorando-o-ensino-literatura-volume- 20.html >. Acesso em: 01 ago. 2020.

MORENO, Leonel de Alencar. O lúdico e a contação de histórias na educação infantil. Florianópolis, v.10, n.97 jul./dez. 2009.

MIGUEZ, Fátima. Nas arte-manhas do imaginário infantil. 14. ed. Rio de Janeiro: Zeus, 2000.

KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. E Por Falar em Literatura. Educação infantil:
pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.

PARREIRAS, Ninfa. Do Ventre ao Colo, do Som à Literatura: livros para bebês e crianças. Belo Horizonte: MEC. Ed: RHJ. 2012.

RODRIGUES, Edvânia Braz Teixeira. Cultura, arte e contação de histórias. Goiânia, 2005.

SCHERMACK, Keila de Quadros. A contação de histórias como arte performática na era digital: convivência em mundos de encantamento. 2012. Disponível em:
< http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/IIICILLIJ/Trabalhos/Trabalhos/S10/keilas-cherm ack.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.

SILVA, Vera M. T. Literatura Infantil Brasileira; um guia para professores e romotores de leitura. 2. Edição Revista. Brasil, Ministério da Educação. Ed: Cânone editorial. 2010

PRÁTICAS PEDAGOGICAS DE ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

MARGARETE ROSA DE ANDRADE SILVA

RESUMO

Esse artigo tem como tema o as praticas pedagógicas no ensino fundamental que no qual, o professor necessita ter um bom conhecimento do sistema oral e gráfico da Língua Portuguesa. Este estudo nasce da necessidade de compreender o papel desse professor alfabetizador diante da realidade no Brasil. A alfabetização tem sido uma questão bastante discutida pelos estudiosos da Educação, já que, há muitas décadas, se observam as mesmas dificuldades de aprendizagem, as inúmeras reprovações e a evasão escolar. Observou-se que os professores alfabetizadores nesse contexto vem acompanhando e interagindo adaptando seus estudos sobre a aprendizagem tanto do ponto de vista psicológico, linguistico ou sociológico contribuindo fundamentalmente para a compreensão do significado da alfabetização e de como ela se processa.
Palavras-chave: Alfabetização, Conhecimento Lingüístico, Alfabetizador

INTRODUÇÃO

O processo de alfabetização inicial exige um pensar reflexivo do professor alfabetizador a respeito do seu fazer pedagógico, esse que precisa constituir-se como um trabalho significativo e contextualizado. O planejamento do trabalho pedagógico requer o conhecimento acerca da forma como a criança aprende, da maneira como ela pensa o sistema de escrita e como constrói suas hipóteses a respeito dele.

O professor precisa conhecer estratégias que sejam efetivamente desafiadoras aos diferentes níveis da lecto escrita, presentes em uma mesma turma.

Os grupos de alfabetização inicial são compostos por crianças que têm diferentes compreensões a respeito do que é ler e escrever a partir das experiências que vivenciam, dentro e fora da escola. São essas diferenciadas experiências que vão compondo as aprendizagens das crianças, estas que se tornam, ao mesmo tempo, aprendizes e ensinantes, pois são

capazes de ensinar uns aos outros o que sabem a respeito do que é ler e escrever. Assim, no contexto da sala de aula não é somente o professor quem ensina, ele se torna um mediador das aprendizagens que se fazem mutuamente entre professor e estudantes, em que todos são ensinantes e aprendentes (FREIRE, 1987).

A perda da especificidade do conceito de alfabetização e a postura do professor diante das diferentes concepções dadas a esse termo influenciam diretamente as práticas alfabetizadoras que são desenvolvidas em sala de aula. As concepções dos professores sobre esse processo estão, dessa forma, intimamente relacionadasao modo como planejam e organizam as atividades nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A prática alfabetizadora fundada no entendimento de que o outro aprende por meio do exercício repetitivo justifica a prática alfabetizadora a partir dos modelos sintéticos de alfabetização – em que se prioriza a exploração da parte para o todo, ou seja, da unidade menor da língua (letra) para as maiores (sílabas, palavras, frases e textos). Por outro lado, quando se compreende que o sujeito aprende a partir de situações contextualizadas, a partir de atividades que envolvam o cotidiano, a prática alfabetizadora fundamenta-se em métodos analíticos, que apostam em atividades do todo para as partes, ou seja, do texto para as unidades menores da língua.

A leitura e a escrita faz parte do cotidiano de todas as pessoas, por isso ela é de grande relevância no convívio social, principalmente em um mundo em que os meios de comunicação faz-se presente em grande parte dos lares, pois é através dos jornais, revistas, televisão, rádio e internet que nos mantemos informados das noticias do mundo.

ALFABETIZAÇÃO NOS ANOS INICIAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL

[...] uma das questões fundamentais seja a clareza em torno de a favor de quem e do quê, portanto contra quem ou contra o quê, fazemos a educação, e de a favor de quem e do quê, portanto contra quem e contra o quê, desenvolvemos a atividade política. Quanto mais ganhamos esta clareza através da prática, tanto mais percebemos a impossibilidade de separar o inseparável: a educação da política. (FREIRE, 1989, p. 15, grifos do autor).

Tendo em vista o processo de alfabetização compreendido como um ato político, voltado para a formação de leitores e escritores, é necessário pensarmos em práticas de trabalho que sejam coerentes com essa visão, planejando atividades de trabalho que promovam espaços para a reflexão sobre a língua, para a vivência com diferentes tipos de texto, suas formas, usos e funções sociais. Por isso, é preciso que não tenhamos restrições com a atividade de leitura e escrita na escola. E isso exige a abertura de espaços mais contextualizados, criativos e dialógicos na escola.

Nessa perspectiva, Picolli (2009a) nos alerta que as atividades de leitura e escrita na escola precisam ser planejadas e organizadas e não realizadas sem planejamento prévio para desenvolverem as habilidades da área da linguagem: a oralidade, a escrita e a leitura. Para a autora, “as variadas interações das crianças com diferentes gêneros de material escrito não são dadas ao acaso ou ocorrem de forma espontânea, mas pressupõem um planejamento intencional por parte da professora e sua intervenção pedagógica explícita” (PICOLLI, 2009a, p. 15). Assim, é importante considerar que o planejamento dessas atividades na escola precisa embasar-se na contextualização dessas práticas, promovendo-as num processo de construção de sentido para os estudantes. A escrita de uma carta não deve ser só ensaiada para se aprender a fazer cartas, mas precisa estar relacionada a uma prática com significado, como a escrita de uma carta a um querido professor, no dia em que celebramos o dia de seu aniversário, ou a escrita de uma carta a um colega que não vemos por um tempo e com quem queremos manter contato.

[...] nesta perspectiva, o trabalho elaborado e desenvolvido pelo professor pode garantir aos alunos o acesso a uma grande variedade de gêneros textuais, proporcionando a habilidade de lidar com eles no cotidiano. O ideal é que o aluno tenha contato com diversos gêneros de textos ao longo do processo de alfabetização e letramento. Há um extenso “oceano” de possibilidades para serem exploradas em aula: panfletos, receitas, manuais, receitas médicas, bula de remédio, documentos pessoais, anúncios de jornais, charges, quadrinhos, poesias, letra de música, bilhetes, ofícios, gravuras, entrevistas, crônicas, fábulas, embalagens, etc. (EBERT, 2007, p. 11-12).

As dificuldades de aprendizagem no processo de alfabetização é um fator existente no cotidiano escolar, isso nos leva a refletir e analisar esse processo, e também propor que haja uma mudança em nossas práticas pedagógicas com a finalidade de auxiliar a criança na aquisição e no desenvolvimento de

habilidades que facilitem no processo de aprender ler e escrever. Considera-se dificuldade de aprendizagem, uma resposta insuficiente do aluno a uma exigência ou demanda da escola. Muitos desses alunos têm sido ignorados, mal diagnosticados e mal tratados, sendo tachados pelos próprios professores como alunos preguiçosos e desinteressados.
O professor deve propiciar alternativas favoráveis para que alunos possam superar eventuais dificuldades que apresentam. Diante disso, muitos professores questionam-se quanto ao que fazer. É necessário que haja um olhar voltado ao próprio processo de ensino aprendizagem na alfabetização e no letramento.
Dificilmente encontramos uma turma que não tenha algum aluno com dificuldades de aprendizagem, mas muitas vezes, o professor confunde uma dificuldade na aprendizagem com algum tipo de distúrbio, sendo que o problema pode está no seu próprio método de ensino. Acreditamos que o professor tem grande responsabilidade e influencia no e aprendizagem do aluno. O presente artigo tem como finalidade investigar: as dificuldades de aprendizagem relacionadas à prática pedagógica do professor ao alfabetizar e/ou letrar e as metodologias de ensino utilizadas pelo professor com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem no período da alfabetização
Alfabetizar e letrar vão além da simples decodificação dos códigos alfabéticos, assim é necessário haver uma revisão das antigas formas de alfabetizar. Os métodos tradicionais de alfabetização em muitos casos não passaram de mera reprodução da escrita, desconsiderando o conhecimento prévio do aluno.
Para Morais:
[...] os métodos tradicionais de alfabetização que conhecemos, apesar das diferenças que apresentam, tem uma única e comum teoria de conhecimento subjacente: a visão empirista/associacionista de aprendizagem. Segundo tal perspectiva, o aprendiz é uma tábula rasa e adquire novos conhecimentos (sobre o alfabeto) recebendo informações prontas do exterior (explicação sobre letras e sons) que, através da repetição do gesto gráfico (cópia) e da memorização (das tais relações entre letra e som), passariam a ser suas. (2012, p.27).

Esse tipo de comportamento ao alfabetizar foi e ainda é propagado; os professores que foram alfabetizados nessa perspectiva pensam que o fato de terem sido ensinados de maneira mecânica, mas mesmo assim, conseguiram avanço no período escolar, consideram que essa é a forma eficaz de aprendizagem e propagam as mesmas ideias ao invés de se apropriarem de novos conceitos e novas metodologias próprias de ensino. Observamos assim, que os alunos mudam, a sociedade começa a passar por processos de globalização, porém, a escola continua a mesma, poucos são os que procuram mudar suas metodologias de trabalho e reconsiderar os conhecimentos gerais de sua sala de aula.
A criança no processo de alfabetização/letramento tem sua maneira específica de conceber a leitura e a escrita, de acordo como ela interpreta a realidade. Segundo Emilia Ferreiro o educador tem a oportunidade de utilizar-se de meios comuns e simples a fim de alfabetizar como por exemplo: explorar a leitura e a escrita naturalmente deixando o discente expressar o que conhece a respeito desse sistema gráfico. O docente, por sua vez, deve entender que o aluno aprende mesmo sem receber orientações da escola e que essa habilidade precisa ser interpretada corretamente por quem faz a educação. Enxergar as possibilidades e alternativas de aprendizagem pode ser a melhor forma de iniciarmos o extenso processo de alfabetização.
Ser professor alfabetizador não significa ignorar a teoria, pelo contrário, ela precisa estar vinculada com a prática, com a experimentação, é o ato de entender todo embasamento teórico que a profissão de educador busca para a sala de aula. É constante que em sua formação o docente precise estudar, a fim de aprimorar seus conhecimentos sobre os métodos de alfabetização. O olhar crítico do formado e sua perspectiva sobre alfabetização, o levará a reconhecer as possíveis maneiras de ensinar, aprimorando assim sua prática pedagógica.
É com esse pensamento que idealizamos este artigo, com o intuito de auxiliarmos os alfabetizadores a aperfeiçoarem sua prática docente, e principalmente conhecermos nosso atual campo de trabalho, por isso, utilizamo-nos de autores que estudaram essa temática, a fim de avaliarmos as diversas concepções sobre alfabetização. Nesse período observamos a atuação dos professores de alfabetização na escola pública e, por conseguinte, nos foi oportunizado exercermos a prática, através das regências. Os discentes, por sua vez, se apropriaram dos conteúdos e foram recíprocos ao aprendizado.
Então durante esses dias, diagnosticamos algumas dificuldades no processo de alfabetização; muitos deles ainda estão no período pré-silábico, enquanto deveriam estar no nível silábico-alfabético ou nível alfabético. A dificuldade em aprender a ler, escrever

e compreender o que se está lendo, ou melhor, saber interpretar os textos, por mais curtos que os mesmos sejam é uma realidade muito real em nossas escolas. Eles simplesmente decodificam os símbolos alfabéticos de modo mecânico e obrigatório, fazendo da alfabetização uma mera reprodução das letras; isso na maioria das vezes está elencado a metodologia do educador.

As regências seguiram satisfatoriamente; porém de início tivemos que enfrentar diversos conflitos como, por exemplo; a metodologia da professora efetiva, que consistia em método tradicional de ensino, pois os alunos questionavam o fato de não estarem sempre escrevendo; a falta de socialização coerente dos conteúdos, por vezes, eles não conseguiam aliar os conteúdos ao seu cotidiano, o que implicava em um discurso maior para a aquisição das atividades e o fato que nem todos sabiam ler e escrever.

No decorrer das aulas os educandos começaram a aceitar nossa metodologia de ensino e isso favoreceu o aprendizado da turma. Eles passaram a entender que é necessário a reflexão sobre o assunto, que seu cotidiano pode estar relacionado a esses conteúdos e o quanto é importante à concentração para a aquisição da leitura e da escrita. A turma teve a oportunidade de interpretar os textos a partir de sua realidade e assim houve uma evolução do aprendizado. Tal comportamento foi avaliado de acordo com a participação e execução das atividades propostas nas regências.

O docente deve conscientizar-se da importância da construção da leitura e da escrita, do saber interpretar, do conhecimento da realidade no qual seus alunos estão inseridos. Silva afirma que:

O trabalho do professor se realiza na prática e não na pesquisa; portanto, ele deve observar e atender a evolução da criança, e não detectar através de "testes", qual o nível de conceitualização em que ela se encontra. É possível fazer isso naturalmente através das propostas de classe. Entretanto, é fundamental que ele saiba quais os objetivos que norteiam a elaboração das atividades propostas aos alunos". (1991, p.74)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre as práticas de alfabetização e de leitura e escrita na escola fundamenta-se na pertinência das suas relações com os pressupostos epistemológicos que dão base para essas práticas. Compreende-se que é na contextualização e na significância dessas atividades para a vida social que o processo de alfabetização necessita estar fundamentado. É entendido que a compreensão do professor sobre o processo de aprendizagem da leitura e da escrita pelos sujeitos influencia diretamente seu planejamento de trabalho nos processos de alfabetização.

Há distintas teorizações que se voltam a descrever as metodologias para ensinar a ler e a escrever. Todas estão embasadas, sem neutralidade, em formas diferenciadas de entender o que é aprendizagem, o que é ensino, o que é leitura e escrita e seus respectivos significados sociais. Um professor embasado em referenciais da tendência tradicional de educação, que entende o processo educacional de determinada maneira irá construir suas práticas em sala de aula diferentemente de um professor embasado em referenciais mais progressistas e libertadores. Desse modo, as ideias que norteiam as práticas de alfabetização nos anos iniciais escolares também se diferenciam nesse viés.

Professores que compreendem a aprendizagem da leitura e da escrita como a decodificação/codificação de sinais gráficos terão práticas diferenciadas daqueles que compreendem os processos de aprender a ler e a escrever tendo em vista os usos e funções sociais dessas habilidades na vida cotidiana. Pelo menos, espera-se que estes últimos organizem suas práticas tendo em vista o entendimento de que a formação de leitores e escritores exige um trabalho coerente com essa forma de compreender o processo de ensino da leitura e da escrita: embasado em atividades que tenham significado, contexto e de acordo com suas funções sociais.

A alfabetização sem o trabalho com textos, tendo em vista suas funções sociais, é uma prática que se desenvolve sem significado, empobrecida e descontextualizada.

São práticas que se reduzem à aprendizagem do bê-á-bá sem sentido, sem função social, sem objetivo. Nessa perspectiva de trabalho, aprende-se a ler e a escrever para codificar e decodificar letras, palavras e frases, desvinculada da aprendizagem dessas habilidades para o uso na vida cotidiana, em sociedade.

REFERENCIAS

ARROYO, M. G. Condição docente, trabalho e formação. In: SOUZA, J. V. A. (Org.) Formação de professores para a educação básica: dez anos da LDB. Belo Horizonte: Autêntica, 2007